

A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES INCLUSIVOS: PERSPECTIVAS VYGOTSKIANAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Glauber Brasileiro Batista Filho¹
Lidinea Pereira da Silva²
Raquel da Silva do Nascimento Martins³
Maria Celça Ferreira dos Santos⁴

RESUMO

Fundamentado na teoria sociocultural de Vygotsky, o objetivo deste estudo é investigar o papel da mediação pedagógica como elemento transformador na construção de ambientes educacionais inclusivos no Brasil, atendendo ao que preconiza a política de educação especial na perspectiva inclusiva e a legislação. Para tanto, essa teoria oferece uma base sólida ao conceber o desenvolvimento humano como um processo social mediado, reposicionando o docente como mediador essencial na aprendizagem dos alunos, especialmente daqueles com deficiência. A partir do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), constitutivo da referida teoria, discute-se a mediação pedagógica realizada por professores visando à aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos; discute-se ainda como essa mediação pode subsidiar práticas pedagógicas que atendam à diversidade no contexto escolar. Compõem o *corpus* da pesquisa dados coletados por Oliveira e Santos (2022), que realizaram entrevistas semiestruturadas com 42 professores de escolas públicas e privadas de alguns estados brasileiros, das quais selecionamos as que contemplaram práticas de mediação pedagógica, no total de 30 entrevistas. Os resultados confirmam a importância da mediação intencional e do suporte adequado para a consolidação de práticas inclusivas, reforçando o papel do professor como facilitador no desenvolvimento dos estudantes em contextos diversos. Ademais, expressam lacunas na formação docente, adversidades estruturais nas escolas e variações nas práticas pedagógicas. Conclui-se que a inclusão educacional efetiva requer a superação da dicotomia teoria e prática na formação do professor, o reconhecimento do papel mediador dos educadores e a implementação de políticas públicas que promovam práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Mediação Pedagógica, Educação Inclusiva, Zona de Desenvolvimento Proximal, Formação de Professores, Teoria de Vygotsky.

¹ Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial pela Centro Universitário Cidade Verde - UniCV, glauber.98@hotmail.com;

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, lidineiapereira@educacao.fortaleza.ce.gov.br;

³ Mestranda do Curso de Ciências da Educação da World University Ecumenical - WUE, raquelmartins.rdsm@gmail.com;

⁴ Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, mariacelcasantos@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um compromisso com a construção de uma sociedade que valoriza a diversidade humana. Fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e ancorada em acordos internacionais, a política inclusiva brasileira busca assegurar o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais. Contudo, o percurso entre a legislação e sua efetiva aplicação material no cotidiano escolar revela-se repleto de desafios que exigem não somente adaptações estruturais, mas também uma transformação profunda nas concepções e práticas pedagógicas (Mantoan, 2022).

Nesse cenário, a formação de professores emerge como um elemento essencial para a concretização da educação inclusiva. Diversos estudos evidenciam que muitos profissionais da educação sentem-se despreparados para atuar com a diversidade em sala de aula, refletindo ausências formativas que abrangem tanto aspectos técnicos quanto concepções sobre desenvolvimento e aprendizagem (Carvalho, 2022; Glat; Pletsch, 2023).

É nesse contexto do Brasil atual que a teoria sociocultural de Lev Vygotsky oferece contribuições substanciais para repensar as práticas pedagógicas inclusivas. Como afirma Nuernberg (2023), Vygotsky foi pioneiro ao propor uma abordagem qualitativa da deficiência, rompendo com perspectivas deterministas e destacando a natureza social do desenvolvimento. Segundo Prestes (2022), embora desenvolvida no início do século XX, a obra vygotskiana permanece surpreendentemente atual para as adversidades contemporâneas presentes no campo da educação inclusiva.

Dentre os diversos conceitos vygotskianos, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) destaca-se como particularmente relevante para a educação inclusiva. Definida como a distância entre o desenvolvimento real e o potencial, a ZDP redefine o papel do educador e das práticas pedagógicas (Vygotsky, 2001). Na perspectiva vygotskiana, o ensino deve antecipar-se ao desenvolvimento, atuando como seu propulsor.

A mediação pedagógica, outro conceito fundamental, constitui-se como o processo pelo qual o professor intervém intencionalmente na relação entre o estudante e o conhecimento. Como explica Oliveira (2023), não se trata apenas de transmitir



conteúdos, mas de estabelecer condições para que a aprendizagem ocorra na ZDP, através de um processo dialógico que envolve a criação de significados compartilhados entre professor e aluno.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo investigar o papel da mediação pedagógica como elemento transformador na construção de ambientes educacionais inclusivos no Brasil, atendendo ao que preconiza a política de educação especial na perspectiva inclusiva e a legislação. A hipótese levantada é a de que a apropriação efetiva desses conceitos pode contribuir significativamente para redimensionar as práticas docentes em contextos inclusivos, favorecendo o desenvolvimento de todos os estudantes, garantindo aos alunos com deficiência os direitos educacionais previstos na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A mediação pedagógica na perspectiva Vygotskiana

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky revolucionou a compreensão da aprendizagem ao destacá-la como um processo eminentemente social, mediado por signos e ferramentas culturais (Pino, 2022). Para Vygotsky, o desenvolvimento psicológico não ocorre de forma linear ou isolada, mas é mediado pela interação com o ambiente e, principalmente, pela utilização de instrumentos culturais, como a linguagem, que possibilitam a internalização e o avanço das funções cognitivas superiores, como o pensamento abstrato e a atenção deliberada (Oliveira, 2023).

O papel do professor, dentro dessa perspectiva, deixa de ser o de mero transmissor de conteúdo, passando a ser um mediador ativo que facilita a interação do aluno com o conhecimento. Como argumenta Facci (2022), a mediação pedagógica é um processo dialógico que envolve a criação de condições para que o aluno avance na aprendizagem de maneira gradual, sempre desafiando-o de forma progressiva.

Para a abordagem da mediação pedagógica parte-se do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), central na obra vygotskiana, a qual representa a distância entre o desenvolvimento real de um aluno (capacidade de resolver problemas de maneira independente) e o seu desenvolvimento potencial, que é alcançado com o



auxílio de um mediador (Vygotsky, 2001). A ZDP, conforme ressalta Martins (2022), é um espaço dinâmico e fundamental para a mediação pedagógica, permitindo que o professor identifique as potencialidades do aluno e proporcione o suporte necessário para que ele avance rumo à autonomia.

2.2 Mediação pedagógica e Educação Inclusiva

Na educação inclusiva, os conceitos vygotksianos ganham relevância, pois Vygotsky propôs uma abordagem que rompe com as visões deterministas e quantitativas da deficiência, focando na possibilidade de compensação social das limitações biológicas. De acordo com Bezerra e Araújo (2023), a deficiência é vista não como um limite intransponível, mas como uma condição que pode ser mitigada por meio de práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento social e cognitivo.

A mediação pedagógica, dentro dessa abordagem, assume papel fundamental, já que não se trata apenas de adaptações curriculares, mas de uma mudança profunda nas concepções sobre o desenvolvimento e a aprendizagem. Nuernberg (2023) argumenta que a inclusão educacional, à luz da teoria vygotksiana, envolve não só ajustes no currículo, mas transformação nas práticas pedagógicas e uma compreensão mais ampla sobre as diferenças no processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a teoria vygotksiana sugere que a verdadeira inclusão depende de uma abordagem que valorize as diferenças como enriquecedoras, possibilitando o desenvolvimento de todos os alunos por meio de interações sociais mediadas. Isso reflete a necessidade de transformar a visão sobre o que é o desenvolvimento e a aprendizagem, garantindo uma educação mais acessível e significativa para todos (Nuernberg, 2023; Bezerra; Araújo, 2023).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada no paradigma interpretativo-crítico. A abordagem qualitativa foi escolhida por sua adequação ao objeto de estudo, permitindo uma compreensão aprofundada dos significados, valores e práticas relacionados à



mediação pedagógica em contextos inclusivos (Bogdan; Biklen, 2022).

A pesquisa utilizou dados secundários provenientes do estudo “Mediação Pedagógica e Práticas Inclusivas: análise de experiências docentes”, conduzido por Oliveira e Santos (2022) entre março de 2019 e novembro de 2021, em cinco estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Essa pesquisa original foi realizada pelo Grupo de Estudos sobre Educação Inclusiva e Diferenças (GEEID) da Universidade Federal Fluminense, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 423982/2018-5.

O *corpus* desta pesquisa constituiu-se, portanto, de dados coletados por Oliveira e Santos (2022), que realizaram entrevistas semiestruturadas com 42 professores de escolas públicas e privadas, sendo 18 de escolas municipais, 15 de escolas estaduais e 9 de escolas privadas. Desse total, 27 atuavam em classes regulares e 15 no AEE. Buscando analisar como as práticas de mediação pedagógica se relacionam com o conceito vygotskiano Zona de Desenvolvimento Proximal, para este estudo foram selecionados os dados referentes a 30 professores, que mencionaram especificamente tais práticas em seus relatos.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2022), seguindo três etapas principais: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir da análise, emergiram quatro categorias temáticas: concepções sobre inclusão e mediação pedagógica; práticas de mediação no cotidiano escolar; formação docente para a mediação inclusiva; e condições institucionais e políticas públicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Concepções e práticas de mediação pedagógica

A análise das entrevistas revelou três grupos principais de concepções sobre inclusão e mediação pedagógica: o primeiro grupo (33,3%) demonstrou concepções alinhadas à perspectiva vygotskiana, compreendendo a mediação como intervenção na ZDP; o segundo grupo (46,7%) apresentou concepções parcialmente alinhadas; e o



terceiro grupo (20%) demonstrou concepções distantes da perspectiva vygotskiana, com visões predominantemente assistencialistas.

Essas diferentes concepções refletem lacunas na formação docente, o que nos remete à observação de Martins (2022), de que sem uma compreensão aprofundada dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, os professores tendem a basear suas práticas em concepções intuitivas que nem sempre favorecem a inclusão efetiva.

Dentre as práticas de mediação identificadas como positivas, destacaram-se: adaptações curriculares significativas (60%), que criam trajetórias alternativas de aprendizagem; trabalho colaborativo com outros profissionais (50%); mediação entre pares (40%); e uso de instrumentos culturais diversificados como mediadores da aprendizagem (53,3%).

A Professora P3 (escola privada) exemplifica uma abordagem alinhada à ZDP:

Com minha aluna com síndrome de Down, trabalho sempre na fronteira entre o que ela já domina e o que está em processo de aprendizagem. Inicialmente, ofereço bastante apoio, seja com material concreto, pistas visuais ou orientação verbal. À medida que percebo que ela está mais segura, vou retirando esses apoios gradativamente, para que desenvolva autonomia (Professora P3).

Por outro lado, foram identificados diversos obstáculos para a implementação efetiva da mediação pedagógica: número excessivo de alunos por turma (76,7%); escassez de recursos pedagógicos adaptados (66,7%); tempo insuficiente para planejamento (60%); e dificuldades na avaliação da aprendizagem (46,7%).

O Professor E5 (escola estadual) assim expressa sua dificuldade:

Quero oferecer uma mediação adequada para cada aluno, mas com 35 estudantes em sala, sendo três com necessidades específicas, sem materiais adaptados e com apenas 50 minutos de aula, é humanamente impossível (Professor E5).

No tópico a seguir, serão apresentados dados e considerações sobre formação docente e condições institucionais no contexto das práticas mediadoras, categoria de análise relevante para o propósito deste trabalho.



4.2 Formação docente e condições institucionais

A formação docente emergiu como elemento crucial para a implementação de práticas mediadoras inclusivas. A análise revelou que 83,3% dos professores consideravam sua formação inicial insuficiente para atuar com a diversidade em sala de aula. Quanto à formação continuada, apenas 23,3% consideraram que as formações contribuíram significativamente para o desenvolvimento de competências mediadoras.

Os principais problemas apontados foram: curta duração das formações; ênfase excessiva em aspectos teóricos, com pouca conexão com a prática; abordagem genérica, que não considera as especificidades dos diferentes contextos; e falta de continuidade após as formações iniciais.

Nessa perspectiva, a Professora E10 (escola estadual) declara:

Na faculdade, tive apenas uma disciplina sobre educação especial, com 60 horas e conteúdo muito teórico. Quando comecei a trabalhar com alunos com deficiência, percebi que não sabia praticamente nada sobre como mediar sua aprendizagem (Professora E10).

Esse relato evidencia o que Garcia e Michels (2023) identificam como uma “formação fragmentada e descontextualizada”, na qual os conteúdos sobre educação inclusiva aparecem isolados, sem articulação com as demais áreas do currículo.

As condições institucionais também emergiram como fatores determinantes. As principais críticas concentraram-se em: descompasso entre exigências legais e condições objetivas (80%); carência de equipes multiprofissionais (70%); precariedade das condições de trabalho (90%); e implementação inadequada do AEE (60%).

Um aspecto preocupante foi a menção ao adoecimento docente, por 50% dos professores, como consequência das pressões relacionadas à inclusão sem suporte adequado. Esse fenômeno nos remete ao que Kuenzer (2022) denomina “inclusão excludente”, processo no qual os estudantes são fisicamente incluídos nas escolas regulares, mas não recebem o suporte necessário para sua efetiva participação.

Por outro lado, foram identificadas condições institucionais que favoreciam práticas mediadoras inclusivas: gestão escolar comprometida com a inclusão (33,3%); trabalho colaborativo entre professores (40%); parcerias com instituições especializadas (26,7%); e adequação da infraestrutura e disponibilidade de recursos (20%).



A Professora P6 (escola privada) exemplifica:

Na minha escola, temos uma coordenação de inclusão que dá suporte aos professores, reuniões semanais para planejamento colaborativo, materiais pedagógicos diversos e turmas com número reduzido de alunos quando há estudantes com deficiência. Isso faz toda diferença para que eu possa atuar como mediadora efetiva (Professora P6).

Esse exemplo contrasta com a realidade descrita pela maioria dos participantes, especialmente os que atuam em escolas públicas, evidenciando as desigualdades nas condições objetivas para a implementação de práticas inclusivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da mediação pedagógica, fundamentada no conceito vygotskiano de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), revela a sua importância no contexto da construção de ambientes educacionais inclusivos. Os resultados indicam que, quando aplicada de forma adequada, a mediação pedagógica torna-se ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento de todos os estudantes, respeitando-se suas particularidades e potencialidades. As práticas mediadoras bem-sucedidas são aquelas que desafiam o aluno de maneira progressiva, oferecendo suporte que é retirado gradualmente, conforme a autonomia vai sendo desenvolvida.

As lacunas na formação docente, no entanto, representam um obstáculo significativo para a plena implementação dessas práticas. A maioria dos professores destacou a inadequação da formação inicial e a falta de formação contínua que atenda às demandas concretas da prática pedagógica inclusiva. Além disso, as condições objetivas de trabalho, como turmas numerosas, escassez de recursos e falta de tempo para planejamento, dificultam ainda mais a efetividade da mediação pedagógica.

Assim, a efetivação da educação inclusiva no Brasil depende de três aspectos essenciais: a transformação da formação docente, superando a dicotomia teoria e prática; o reconhecimento do papel dos professores como mediadores ativos no processo de aprendizagem; e a criação de políticas públicas que garantam as condições materiais necessárias para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

A teoria vygotskiana, especialmente o conceito de ZDP, oferece uma base sólida para essa transformação necessária. Ao conceber o desenvolvimento como um processo



social e mediado, a abordagem vygotskiana desafia concepções limitantes sobre as capacidades de aprendizagem de alunos com deficiência, reposicionando o papel do professor como um mediador essencial.

Em última análise, a mediação pedagógica não é apenas uma estratégia didática, mas uma postura ética que reconhece o potencial de todos os alunos e valoriza a diversidade como um componente enriquecedor do processo educacional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2022.

BEZERRA, Giovani; ARAÚJO, Doracina. Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação especial contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 29, n. 1, p. 15-30, 2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2022.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vygotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2022.

GARCIA, Rosalba; MICHELS, Maria Helena. Políticas de formação de professores: o que dizem os currículos dos cursos de licenciatura? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, n. 260, p. 35-55, 2023.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: contextos, desafios e perspectivas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 20, n. 1, p. 146-166, 2023.

KUENZER, Acácia. Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2022. p. 77-96.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2022.



MARTINS, Lígia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar:** contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2022.

NUERNBERG, Adriano. Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência: revisitando o conceito de compensação social. **Psicologia em Estudo**, v. 28, e44743, 2023.

OLIVEIRA, Ana Paula; SANTOS, Marcos. **Mediação pedagógica e práticas inclusivas:** análise de experiências docentes. Relatório final de pesquisa. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2022.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky:** aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2023.

PINO, Angel. **As marcas do humano:** as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2022.

PRESTES, Zoia. **Quando não é quase a mesma coisa:** traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2022.

VYGOTSKY, Lev. Fundamentos de defectología. *In:* VYGOTSKY, Lev. **Obras escogidas.** Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

VYGOTSKY, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

